



**REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DO PNAE NO CONTEXTO NUTRICIONAL E
EDUCACIONAL**

**PNAE OF LITERATURE REVIEW ON NUTRITIONAL CONTEXT AND
EDUCATIONAL**

Aline Raiol da Cunha Paes¹

Francisco Válber de Sousa Teixeira²

Antonio Augusto Teixeira da Costa³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo estudar o PNAE e suas particularidades, explorando o contexto Nutricional e Pedagógico, abordando o processo que os órgãos administrativos apresentam ao repassar verbas da alimentação escolar para as instituições de ensino e analisar como se dá a escolha da alimentação a ser servida nas escolas de rede pública com os repasses econômicos e se a alimentação escolar está resultando em um melhor de aprendizado do aluno. Tendo o nutricionista como educador e incentivador de uma alimentação saudável oferecidas nas escolas, constitui um fator muito positivo para o desenvolvimento do aluno, no que se refere ao seu fator biológico e pedagógico.

Palavras-Chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nutrição, pedagogia, desenvolvimento escolar.

ABSTRACT

This article has objective to study the PNAE and its peculiarities, exploring the nutritional and pedagogical context, addressing the process that administrative agencies have to pass on funding school meals for educational institutions and analyze how is the choice of food to be served in public schools with economic transfers and school feeding is resulting in a student's learning better. Having the nutritionist as an educator and promoter of healthy food offered in schools is a very positive factor for the development of the student, in relation to their biological and educational factor.

¹ Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia- secretaria@conhecimentoeiencia.com

² Faculdade Conhecimento e Ciência-secretaria@conhecimentoeiencia.com

³Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia- aaugusto@ulusofona.pt

Keywords: National School Feeding Program (PNAE). Nutrition. Pedagogy. school development.

1. INTRODUÇÃO

O artigo foi elaborado através da revisão bibliográfica na contextualização nutricional e pedagógica. O objetivo deste trabalho é analisar como é realizada a nutrição das crianças que estudam em instituições de ensino que são apoiadas pelo PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o que o programa deseja alcançar no eixo educacional, no processo de ensino e aprendizado.

Buscamos abordar no presente artigo qual o processo que os órgãos administrativos, possuem ao repassar verbas da alimentação escolar para as instituições de ensino, e também analisar como se dá a escolha da alimentação a ser servida nas escolas de rede pública com os repasses econômicos e se a alimentação escolar está resultando em um melhor de aprendizado do aluno.

Com uma alimentação adequada oferecidas nas escolas, constitui um fator muito positivo para o desenvolvimento do aluno, no que se refere ao seu fator biológico e pedagógico.

Corroborando com o exposto anteriormente, é na infância que o desenvolvimento da prática alimentar firma-se, persistindo desta forma durante toda sua fase adulta, fazendo necessário que as escolas possam criar meios para garantir uma alimentação saudável e de qualidade, baseando-se nos padrões nutricionais, para assim garantir o desenvolvimento escolar do aluno por completo.

A alimentação escolar deve propiciar a base prática para uma alimentação adequada, contribuindo para o trabalho pedagógico, possibilitando melhor concentração e outras condições físicas que influenciam na aprendizagem assim como para a qualidade de vida dos alunos.
(SILVEIRA, 2005)

Torna-se necessário que as instituições de ensino administrem melhor o cenário escolar, no que compete à alimentação de seus alunos para garantir

uma alimentação saudável e de qualidade, resultando em um melhor desempenho escolar.

Gestores, professores e os pais, tem papel fundamental para garantir uma prática de alimentação saudável não só no ambiente escolar, mas em seus lares, atingindo o desenvolvimento escolar e biológico do educando.

“O Nutricionista tem aí a oportunidade de desenvolver outros papéis além daquele de administrador de refeições que suavizam o efeito da pobreza sobre a população carente, como se fosse essa a única função dos programas de suplementação alimentar. Desenvolvendo seu potencial como educador em nutrição, deve estar presente na transformação do espaço da merenda escolar em um ambiente de promoção da saúde e de aprendizagem, considerando que a alimentação saudável se inclui nos requisitos definidos pela Organização Panamericana de Saúde/Organização Mundial de Saúde para a escola que promove saúde no ambiente escolar e comunitário (Azevedo, 1999,).”

O Nutricionista é um profissional que tem o papel de garantir a prática da alimentação saudável e como conhecedor do incentivo a alimentação escolar, pode também administrar e ensinar a prática da alimentação saudável, atuando desta forma não somente como nutricionista, mas como educador da boa pratica alimentar.

A merenda escolar deve fazer parte do contexto das instituições de ensino público, visto que muitos educandos não têm condições de suprir necessidades básicas em seus lares e a escola exerce um papel múltiplo, que não envolve apenas questões pedagógicas, mas diversas outras, principalmente sociais, disponibilizando condições para que alcancem a aprendizagem de forma substancial (BEZERRA, 2009).

Frisa-se as políticas públicas com a finalidade de garantir uma luta social por igualdade, desta forma as políticas públicas precisam-se e tem-se que ser constituída por planos e ações que articulam projetos em prol da sociedade,

garantindo o direito para todos os seus cidadãos, ao saneamento básico e a saúde de qualidade.

Quanto ao direito à educação, vários programas foram criados em detrimento de garantir aos alunos, uma boa qualidade de ensino, entretanto destacamos no presente artigo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, sendo este, nosso principal objeto de estudo.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, também conhecido como Merenda Escolar, consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar.

O PNAE teve sua origem na década de 40, mas foi em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, que o direito à alimentação escolar para todos os alunos do Ensino Fundamental foi assegurado.

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, utilizando-se como base o censo escolar realizado no ano anterior do atendimento.

O PNAE tem fiscalização e acompanhamento direto pela sociedade, por meio do Tribunal de Contas da União (TCU), Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pela Controladoria Geral da União (CGU) e Ministério Público. Deixando aparentemente uma segurança nos repasses, feitos aos estados e municípios.

O Programa é ligado ao governo federal, ampliado em 2009, coordenado nacionalmente pelo Fundo Nacional de desenvolvimento da educação, responsável pela alimentação de crianças de educação infantil e ensino fundamental de escolas indígenas, públicas e filantrópicas que possuem o direito a alimentação escolar.

O Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública presente no cenário nacional há mais de 50 anos e representa um dos maiores programas de alimentação e nutrição do mundo. O PNAE é viabilizado com recurso federal, repassado mensalmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento

da Educação (FNDE) aos estados, municípios e distrito federal. (GODINHO, 2011)

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A IMPORTÂNCIA DO PNAE NO CONTEXTO NUTRICIONAL

Para a efetiva execução do PNAE faz-se imprescindível o acordo intersetorial de distintos parceiros atuantes, dentre eles, as Entidades Executoras (EEs), o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e o profissional nutricionista como responsável técnico.

Na área de nutrição tem como objetivo incentivar os alunos a conquistarem bons hábitos alimentares, suprimindo 15% das necessidades nutricionais dos discentes das creches, pré escolas e escolas do ensino fundamental e 30% das creches, escolas indígenas e remanescentes de quilombolas.

Para alcançar esse objetivo o PNAE apoia a agricultura familiar e a sustentabilidade, valorizando os produtores agrícolas regionais, utilizando seus produtos na elaboração da merenda escolar.

Nesse sentido a merenda escolar obteve um ótimo desenvolvimento, visto que as matérias primas manipuladas são naturais e cultivadas de forma artesanal, sem agrotóxicos (produtos orgânicos), melhorando a segurança alimentar.

Ribeiro, A. L. *et al* 2013 diz que estudos realizados julgaram que o PNAE, após a Lei nº11.947, incidiu a proporcionar uma grande potencialidade para tornar-se uma política de caráter estruturante, ou seja, uma política ousada e organizada quando abriu a probabilidade de adquirir os gêneros alimentícios de produtores locais, gerando renda e beneficiando pequenos agricultores e comerciantes.

O nutricionista é o profissional responsável pela atuação no PNAE e responde através da resolução nº 358/2005 relacionado ao programa. Portanto, o CFN/CRN, de acordo com a resolução, tem a função de fiscalizar a presença do nutricionista e acompanhar sua atuação por meio das atribuições técnicas desenvolvidas e determinar a adequação do número de profissionais presentes no quadro técnico de secretarias de educação estaduais e municipais.

A prática do nutricionista está baseada por princípios e diretrizes reguladoras do PNAE, programa educacional integrante da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O nutricionista é o profissional habilitado para atuar no PNAE e deverá estar obrigatoriamente vinculado ao setor da alimentação escolar, assim como estar cadastrado no FNDE, assumindo a supervisão, o planejamento, a coordenação, a direção, e avaliação na área de alimentação e nutrição, dentro da secretaria (municipal, estadual e distrital) de educação quanto ao que se refere à alimentação escolar.

O nutricionista atuante no PNAE deve agenciar articulação estruturada e organizada com a área da educação (entidade executora). A parceria da educação com a saúde junto à política do PNAE promove uma gestão adequada para atingir seus objetivos em nível municipal e estadual

“Segundo a Resolução CFN nº 465/2010, Artigo 3º, compete ao nutricionista exercer as seguintes atividades obrigatórias: realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional dos escolares da educação pública, estimular a identificação de escolares com necessidades nutricionais específicas, planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar, propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, elaborar fichas técnicas das preparações que compõem o cardápio, planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, planejar, coordenar e supervisionar a aplicação de teste de aceitabilidade quando se fizer necessário, interagir com os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais e suas organizações, participar do processo de licitação e da compra direta da agricultura familiar para aquisição e gêneros alimentícios, elaborar e implementar o Manual de Boas Práticas para serviço de alimentação de fabricação e controle para UAN, elaborar o plano anual de trabalho do PNAE, assessorar o CAE. Para além das atividades obrigatórias é imprescindível a observação de

atribuições complementares e de outras que poderão ser desenvolvidas de acordo com a necessidade, complexidade”.

As crianças beneficiadas pelo programa recebem os cuidados do nutricionista que zela pela alimentação saudável e a prevenção da obesidade, que se não tratada pode causar doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e hipertensão.

Ribeiro, A. L. *et al* (2013) realizou uma pesquisa de campo sobre o PNAE em 2012 nos municípios da Região Noroeste do Rio Grande do Sul junto a Emater, Secretária de Desenvolvimento Rural e Secretária da Educação.

O estudo avaliou informações quantitativas referentes ao número de escolas atendidas, número de produtores fornecedores de alimentos e os principais gêneros alimentícios fornecidos ao programa em 15 municípios da região.

O resultado observado foi que o PNAE proporciona incentivo e desenvolvimento da pequena propriedade rural criando mecanismos para o fortalecimento dos agricultores familiares, a formação de hábitos alimentares saudáveis e o desenvolvimento local nos municípios brasileiros.

No estudo de Melão, B. I (2012) a partir dos números do PNAE no Paraná foi possível verificar o crescimento dos recursos aplicados na alimentação escolar do Estado, projetando-se para o ano de 2013 os montantes de 132 milhões e 32 milhões de reais, respectivamente, para o total e para a agricultura familiar,

Além disso, constatou-se a adoção da alimentação orgânica, o que demonstra uma atitude de reforço à ideia de sustentabilidade por parte dos atores envolvidos nesse processo, influenciando na construção de uma melhor qualidade de vida para todos.

Para Hendges, A. S (2010), a orientação do FNDE em que as escolas devem ser abastecidas com produtos da agricultura familiar proporciona o estímulo às economias locais, possibilitando a diversificação da produção, o aumento da renda e dos conhecimentos técnicos dos produtores, inclusive dos mecanismos de comercialização de seus produtos.

Ainda segundo Hendges, A. S (2010) os envolvidos são diretamente beneficiados: a agricultura familiar ganha alternativas de comercialização e diversificação; os alunos das redes públicas terão alimentos mais saudáveis, da época e das culturas regionais; nos municípios estará toda a cadeia da produção à comercialização; o meio ambiente terá impactos positivos através da redução de emissões de CO₂ pela diminuição das necessidades de armazenamento, industrialização e transportes distantes.

Portanto, concluímos que a política do PNAE, associado ao trabalho do nutricionista contribui de forma imprescindível para a formação de hábitos alimentares saudáveis, na prevenção de doenças originadas da alimentação, além da valorização dos pequenos agricultores.

2.2. A IMPORTÂNCIA DO PNAE NO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO ALUNO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar tem como um dos principais objetivos, oferecer as instituições públicas de ensino uma alimentação de qualidade, como informado no capítulo anterior, seguindo métodos indicados por especialistas da área nutricional.

Entretanto, frisa-se no presente capítulo, sobre a importância de uma alimentação saudável e de qualidade, como incentivador de uma reeducação alimentar tanto dos discentes como do corpo docente e colaboradores das instituições públicas de ensino.

Resultante a isto, destacaremos a importância da reeducação alimentar, como aliado no desenvolvimento do educando em seu processo de ensino e aprendizado.

Reforçando o que fora informado anteriormente, destaca-se Bezerra (2009):

“Merenda é alimento e comida. Carrega, assim, expressivo significado para o ser humano, ultrapassando a mera satisfação de necessidades biológicas. [...] alimentação é a categoria principal de articulação do pensamento dos pobres urbanos sobre

sua condição. Além de poderoso símbolo de prestígio social e riqueza, emerge como uma categoria que estabelece fronteiras entre os pobres e os que não são pobres, bem como favorece a identidade social de classe”.

Proporcionar ao aluno uma alimentação saudável e de qualidade, resultará em seu desenvolvimento biológico, que vai além da premissa de que o ser humano precisa alimentar-se, uma boa alimentação, contribuirá no crescimento e desenvolvimento intelectual do educando, garantindo desta forma uma facilidade em aprender e desenvolver-se social e intelectualmente.

A merenda escolar deve-se ser de fato considerada pedagógica, entretanto, para chegar a esta conclusão precisa-se fomentar as necessidades que estão além da discursão e intenção de planos de melhoria da alimentação. Faz-se necessário ir á prática para captar o suprimento de tais necessidades.

Inúmeros fatores estão ligados a alimentação como resultado satisfatório ou não no desempenho do aluno, por exemplo, a falta e/ou má alimentação em casa, a sensação de fome no horário de aula, a presença de lanchonetes que estimulam os discentes a compra de alimentos nutricionalmente pobres, ricos em gorduras e açúcares, a falta de interesse do responsável em organizar e elaborar uma lancheira saudável e, a falta de informações dos pais ao basear-se no princípio que a alimentação é apenas para suprir a fome, esquecendo que os alimentos, em especial, os saudáveis são importantes para seus filhos obterem um bom desempenho escolar.

O Professor pode ser o mais dinâmico, capaz de repassar com maior facilidade seus ensinamentos, mas, sem uma alimentação adequada, o aluno não irá desenvolver-se completamente a ponto de absorver total o conhecimento que fora repassado.

Teixeira (2008, p. 13) destaca:

“Do ponto de vista científico, a nutrição dos seres humanos é relevante para a manutenção da saúde e para o bem estar psicossocial e a merenda escolar é um meio de discutir e de introduzir hábitos

alimentares saudáveis à população, além de ampliar o papel pedagógico da escola”.

Destaca-se que uma qualidade em alimentação dos indivíduos também em sua fase escolar é indispensável para seu sistema imunológico, contribuindo para o bem estar emocional e social e, desta forma garantindo a melhoria no processo de sua aprendizagem.

Somos seres intelectuais capazes de desenvolver o conhecimento, mas nossa mente não funciona em lado distinto ao nosso corpo, pois um corpo em sintonia com a mente é propício a um melhor desenvolvimento, ao contrário de um corpo que com seu sistema imunológico abatido, impossibilitará a absorção por completo do conhecimento repassado em aula.

Uma boa alimentação fornecida ao educando e todo corpo docente desta instituição, certamente implicará em um melhor desenvolvimento biológico do individuo que ocasionará um melhor aprendizado, pois o corpo estará em sintonia com a mente.

3. METODOLOGIA

O presente estudo classifica-se como uma pesquisa bibliográfica, argumentativa. Trata-se como bibliográfica, pois permitiu-nos, segundo Manzo (1971:32, apud Marconi & Lakatos, 2003:183), “explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram o suficiente, possibilitando-nos o reforço paralelo na análise de nossas pesquisas e manipulações das informações”.

A pesquisa bibliográfica permitiu-nos, de acordo com Marconi & Lakatos (2003:183), “o exame de um tema sob novo enfoque de abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

A pesquisa foi realizada com base na revisão da literatura para fazer uma síntese das informações disponíveis sobre o tema PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), nutrição e pedagogia.

Além disso, procurou-se abordar artigos sobre a política administrativa do PNAE e seus benefícios com a área da alimentação e educação.

Seu caráter expositivo permitiu-nos a reunião de diversos materiais e fontes, acarretando no levantamento e organização dos conteúdos expostos, partindo destes fundamentos, fez-se necessária à interpretação dos dados informados pela pesquisa bibliográfica e também a posição dos pesquisadores, conferindo, de modo adicional, o caráter argumentativo.

Deste modo, buscamos responder ao seguinte questionamento: O Programa Nacional de Alimentação Escolar, está sendo oferecido com qualidade nutricional? Está contribuindo para um melhor desempenho do educando?

4. RESULTADOS

O PNAE é um programa de política econômica, que visa o repasse de capital através do Governo Federal para uma alimentação adequada e de qualidade aos alunos e colaboradores do ensino das escolas de rede pública Municipal e Estadual. Repasse financeiro este, que propõe com que as escolas reeduquem nutricionalmente o alunado, a garantir um melhor desempenho de suas atividades escolares.

Com as verbas repassadas às redes Municipais e Estaduais de Ensino tendem a proporcionar uma Gestão administrativa, que visam buscar meios em garantir um alimentação escolar de qualidade, consistindo em reeducar as práticas alimentares dos discentes.

Esta reeducação alimentar pode e deve ser manifestada corretamente por meio da merenda escolar oferecida nas escolas, bem como o ensinamento que deve ser repassado pelo professor a motivar os alunos de terem uma alimentação saudável, estes ensinamentos observam-se na forma teórica e prática.

Recomenda-se que as escolas cultivem por exemplo produtos orgânicos em hortas, se possível, dependendo do espaço escolar construïrem uma horta, que pode ser cuidada pelos próprios alunos.

Obter um resultado satisfatório das competências adquiridas pelos alunos, torna-se possível se um trabalho em conjunto for desenvolvido, pois

uma boa alimentação garantirá que o aluno desenvolva de forma biológica e conseqüentemente poderá adquirir conhecimentos repassados.

As políticas públicas estão em prol de garantir uma qualidade de vida ao cidadão, saúde e educação os quais são direitos, e devem caminhar sempre em conjunto, pois aprender é fundamental mas sem saúde não é possível.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber que o PNAE é um programa que investe na alimentação saudável e tem como objetivo melhorar o desempenho dos educandos das escolas públicas, envolvendo toda a equipe de gestão escolar.

Além disso, observa-se que o PNAE incentiva o consumo de alimentos orgânicos e saudáveis, apoiando a agricultura familiar e a sustentabilidade, valorizando os produtores agrícolas regionais, utilizando seus produtos na elaboração da merenda escolar.

O nutricionista é o profissional que atua na elaboração do cardápio e conta com a participação dos docentes para trabalhar a reeducação alimentar objetivando um melhor desempenho biológico e pedagógico do aluno.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Viana, Ilca Oliveira. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático de produção científica**. 1º ed. São Paulo: editora EPU, 2001.

AZEVEDO, A. M. F., **Saúde e Nutrição em Escolares**. Saúde em foco, Rio de Janeiro, v.3, n.18, p.27-32, 1999.

BEZERRA, José Arimatea Barros. **Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

BRASIL, **Ministério da Educação. O Papel do Nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** (Manual de Instruções Operacionais para Nutricionistas Vinculadas ao PNAE), 2º edição, 2012.

EcoDebate:Cidadania & Meio ambiente. Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2010/08/30/agricultura-familiar-e-o-programa-nacional-de-alimentacao-escolar-pnae-artigo-de-antonio-silvio-hendges/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2016.

GODINHO, Paulo Rony Lindner, **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5ª Ed. São Paulo. Atlas, 2003.

RIBEIRO, Paula de Lúcia Ana; CERATTI Cilene; BROCH, Taís Djulia. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista gestão e desenvolvimento em contexto-Gedecon**, Rio Grande do Sul, Vol.1, Nº. 01, 2013.

SILVEIRA, S. B. **Compromisso com a sociedade**. Rev. Nutr. Profissional, São Paulo, V.1, n.1, p. 8-10, maio/jun 2005.

TEIXEIRA, Eliane de Oliveira Lima. **A merenda escolar e seus aspectos políticos, sociais e nutricionais**. São Paulo: Centro Federal de educação Tecnológica de São Paulo, 2008.

VOOS, Carolina Ana. **Atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no estado do RS**. Porto Alegre, 2009. (Monografia apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul como <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao/> Acesso em 08.02.2016.

